



Nota à Comunicação Social n.º 21/2022  
09 MAR 22 | 19h45

## TEJO E OESTE COM NOVAS MEDIDAS

### *Reunião da Subcomissão regional da zona centro da Comissão de Gestão de albufeiras (bacias do Tejo e das ribeiras do Oeste)*

Considerando a atual situação hidrológica nas bacias hidrográficas do Tejo e das ribeiras do Oeste, a **Agência Portuguesa do Ambiente (APA)** reuniu hoje, dia **9 de março, em Tomar, a Subcomissão regional da zona centro, da Comissão de Gestão de Albufeiras (bacias do Tejo e das ribeiras do Oeste)**.

A reunião contou com a presença de mais de uma centena de participantes, nomeadamente representantes dos municípios da região hidrográfica, das CCDR, das principais Entidades Gestoras de Sistemas de abastecimento público de água e do setor agrícola e pecuário, de âmbito institucional e associativo (DRAP, DGADR, GPP do Ministério da Agricultura, Fenareg, CAP, ICNF, ANEPC, produtores de energia hidroelétrica e associações de regantes).

Apresentada pela APA a avaliação das disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas e as necessidades existentes bem como apresentadas propostas de medidas enquadradas em 5 tipologias: resiliência das origens de água, restrição e controlo de consumos, monitorização dos recursos subterrâneos e superficiais, eficiência hídrica das infraestruturas de distribuição dos setores urbano e agrícola e sensibilização para o uso racional da água.

#### **Após análise e discussão, foram aprovadas as seguintes medidas de contingência:**

- Verificar semanalmente a necessidade de implementar medidas face ao evoluir da situação e quando necessário promover reuniões das subcomissões.
- Albufeiras de Castelo do Bode e Cabril:
  - Condicionar a produção de energia para garantir os volumes necessários para dois anos de abastecimento.  
Não baixar da cota 106 (56%) em Castelo do Bode (significa 130 hm<sup>3</sup> entre esta cota e o limite mínimo para captar para abastecimento público).  
No Cabril não baixar da cota 256 (28%) (cerca de 100 hm<sup>3</sup> úteis para o abastecimento público na albufeira e a jusante).
  - Suspende a autorização de novas captações superficiais.
- Foi implementado o Regime de Caudais Ecológicos a jusante da barragem de Castelo de Bode para ano muito seco.
- Avaliar a solução de aproveitamento da descarga de meio fundo da margem direita da barragem de Castelo de Bode para alimentação direta da Estação Elevatória da EPAL para criar redundância de abastecimento e poder utilizar o volume a cotas inferiores às atuais.
- Garantir os caudais ambientais no rio Tejo lançados na barragem de Belver.
- Garantir uma gestão articulada entre os diferentes usos nos aproveitamentos da Cova da Beira e implementar medidas de diminuição das perdas e de controlo dos caudais captados.
- Restringir caudais adicionais para usos secundários, como atividades recreativas ou similares.
- Promover a outorga dos contratos de gestão dos EFM.
- Reforço da fiscalização para verificação de eventuais situações de captações ilegais.
- Suspende a emissão de títulos de novas captações de água subterrânea para uso particular nas massas de água identificadas como críticas no Relatório de Monitorização Agrometeorológica e Hidrológica. Novas captações só podem ser tituladas por autorização, independentemente da potência instalada.





- Evitar a disseminação de soluções individuais (captações subterrâneas, novas pequenas barragens) sem qualquer capacidade de resiliência, promovendo a articulação entre os diferentes utilizadores.
- Avaliar e instalar pontos de água e/ou cisternas junto a albufeiras de água públicas para o abeberamento animal.
- Promover e incrementar os projetos de eficiência dos consumos e na redução das perdas na distribuição, tanto no setor urbano como no setor agrícola.
- Reduzir as perdas nas infraestruturas hidráulicas e nas redes de distribuição.
- Promover a redução dos consumos de água da rede distribuição para usos não potáveis (e.g. lavagem de contentores, lavagem de ruas, encerrar fontes decorativas que não disponham de circuitos fechados) em estreita articulação com as Câmaras Municipais.
- Dar continuidade e incrementar a implementação de soluções de utilização de ApR nos usos não potáveis, nomeadamente para rega de campos de golfe, em particular na região Oeste e margem sul, e rega agrícola na região do Oeste.
- Apoio à implementação de ApR, quer a nível da produção, quer a nível da utilização, para a rega de campos agrícolas e utilização em espaços urbanos (rega de espaços verdes, lavagem de ruas, lavagem de contentores, etc.).
- Concluir o processo de utilização de ApR no West Cliffs Ocean and Golf Resort (ApR a partir da ETAR de Casalinho).
- Promover campanhas de sensibilização para a necessidade do uso racional da água destinada à população em geral, aos agentes económicos e entidades públicas.
- Implementação de medidas de eficiência hídrica em habitações ou prédios de habitação.
- Reforço da rede de monitorização piezométrica na região hidrográfica.
- Avaliação da carga piscícola e potencial remoção de biomassa em albufeiras cujos volumes desçam abaixo de 30% de armazenamento.
- Fomentar a colaboração técnica entre entidades gestoras relativa ao controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição, com prioridade para os sistemas com maior volume de perdas.
- Dar início aos trabalhos de desenvolvimento do Plano Regional de Eficiência Hídrica para a Região do Tejo e Oeste.

A APA anunciou, ainda, a disponibilização, no presente ano, de **5 milhões de euros do Fundo Ambiental para apoio a nível nacional à execução de medidas específicas de contingência para combate à seca**, nomeadamente campanhas de sensibilização.

###

[media@apambiente.pt](mailto:media@apambiente.pt)

Rua da Murgueira 9 – Zambujal - Alfragide

2610-124 Amadora

(+351) 214728200

[apambiente.pt](http://apambiente.pt)

Proteja o ambiente. Pense se é mesmo necessário imprimir este email!

